

# PERCEPÇÃO, INTERPRETAÇÃO E VALORAÇÃO DA PAISAGEM AMBIENTAL DA SERRA DO MAR, SÃO LUIZ DO PARAITINGA E UBATUBA

## PERCEPTION, INTERPRETATION AND VALUATION OF THE ENVIRONMENTAL LANDSCAPE OF SERRA DO MAR, SÃO LUIZ DO PARAITINGA AND UBATUBA

Yume Kikuda Silveira<sup>1</sup>; Ana Beatriz Pierri Daunt<sup>2</sup>; Marcelo Franzin<sup>3</sup>; Paulo Henrique Vieira<sup>4</sup>; Ringo Benjamin Victor<sup>5</sup>; Solange T. de Lima Guimarães<sup>6</sup>

### RESUMO

Os Núcleos Santa Virginia (NSV) e Picinguaba (NP) do Parque Estadual Serra do Mar (PESM) exibem cenários paisagísticos naturais que abarcam diversas fisionomias da Mata Atlântica que contribuem com a proteção de nascentes e cursos d'água. O cenário paisagístico cultural abriga paisagem caracterizada pela presença de comunidades tradicionais caipiras, quilombolas e caiçaras que apresentam uso diversificado do uso da terra e arquitetura própria. O objetivo desse trabalho foi a aplicação das teorias discutidas na disciplina *Interpretação e Valoração da Paisagem* durante a visita ao NSV e NP do PESM. O presente trabalho foi

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia pela Unesp – Rio Claro  
yu\_silveira@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia pela Unesp – Rio Claro  
beatrizpd@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando em Geografia pela Unesp – Rio Claro  
marcelo\_franzin@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Doutorando em Geografia pela Unesp – Rio Claro  
paulohenrique.vieira@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Docente de Geografia efetivo da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente da UP – Universidade Pedagógica, Delegação de Tete – Moçambique  
Doutorando em Geografia pela Unesp - Rio Claro  
ribeviva@gmail.com

<sup>6</sup> Grupo Mashav-Shalom São Paulo, Sul-Sudeste  
hadra@uol.com.br

desenvolvido através de compilação de pesquisa bibliográfica, coleta de informações em campo, observação direta de indicadores das paisagens cultural e natural, captação de imagens fotográficas, palestras ministradas por profissionais locais e discussões. O estudo possibilitou uma compreensão da percepção, interpretação e valoração das paisagens natural e cultural como herança dos processos bioecológicos, históricos, sociais e políticos, permitindo a identificação de ações bem-sucedidas para a conservação da paisagem, bem como a detecção de conflitos originados por questões fundiárias e históricas de uso e ocupação da região.

**Palavras-chave:** Parque Estadual Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia, Núcleo Picinguaba, Percepção e Interpretação da Paisagem. Valoração Paisagística.

### **ABSTRACT**

The Santa Virgínia (NSV) and Picinguaba (NP) Nucleus of the Serra do Mar State Park (PESM) exhibit natural landscape that encompass several physiognomies of the Atlantic Forest due to it contributes to the springs and water courses protection. The cultural landscap is characterized by the presence of tradicional communities such as caipiras, quilombolas and caiçaras, which promotes a high diverse land use and architecture. The objective of this work was to apply the theories and practices discussed during the Interpretation and Valuation of the Landscape course throughout the visitation to the NSV and NP. The presente work has been developed through the compilation of bibliographical research, information collection in situ, direct observation of indicators of the cultural and natural landscape, photographic imagens capture, lectures given by local professionals and discussions. This study has allowed an understanding of the perception, interpretation and valuation of the natural and cultural landscape as inheritance of the bioecological, historical, social and political processes. This work also highlighted the actions of landscape conservation and also detected the land use conflicts.

**Keywords:** Serra do Mar State Park, Santa Virgínia Nucleus, Picinguaba Nucleus, Landscape Perception and Interpretation. Landscape Assessment.

## **INTRODUÇÃO**

O Brasil é um dos países com maior diversidade biológica do mundo, pois abriga cerca de 20% das espécies do planeta, com altas taxas de endemismo para diferentes grupos taxonômicos. Mundialmente, a Mata Atlântica é reconhecida como um dos *hosts spots* em função da elevada quantidade de espécies endêmicas, muitas ameaçadas de extinção, o que corroborou para este bioma ser considerado Reserva da Biosfera pela UNESCO. A Serra do Mar é um dos redutos de preservação deste bioma e o Parque Estadual Serra do Mar foi criado com o objetivo

de proteção da biodiversidade presente na Serra do Mar, se tornando a maior área de preservação contínua deste bioma (SÃO PAULO, 2006).

Tombada através da Resolução 40, de 1985, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAT), a Serra do Mar exibe riquíssimo patrimônio histórico-cultural em função do antigo e diversificado histórico de ocupação que foi iniciado por volta de 8000 anos atrás com os sambaquis, nas regiões litorâneas, e outros grupos de caçadores-coletores (AB'SÁBER, 1986; SÃO PAULO, 2006,). Indígenas de diversos grupos, principalmente os Tupis e Guaranis, colonizaram a região até a chegada devastadora dos europeus no século XV. A partir de então, a Serra do Mar foi intensamente ocupada, transformada em um dos locais de maior crescimento populacional do país (AB'SÁBER, 1986; SÃO PAULO, 2006).

Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza: mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro: atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (AB'SÁBER, 2007, p. 9).

A análise da paisagem através do conceito de multifuncionalidade e multidimensionalidade proposto por Naveh (2001; 2004), que apresenta a importância do entendimento inter e transdisciplinar dos aspectos bioecológicos, socioculturais, históricos e econômicos, permite uma compreensão mais complexa e interativa dos processos paisagísticos ocorrentes integrando as funções éticas, estéticas, socioecológicas e intrínsecas da paisagem (LIMA-GUIMARÃES, 2014).

O presente trabalho foi desenvolvido por estudantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela UNESP Campus Rio Claro, com o material coletado durante a disciplina *Interpretação e Valoração da Paisagem*, realizada em campo, no Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), entre os dias 19 a 23 de maio de 2015, sob responsabilidade e organização da Profa. Dra. Solange T. de Lima Guimarães, e adaptado para o XIII Seminário de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, Campus Rio Claro.

Com intuito de que o leitor vivenciasse nossa experiência durante essa semana de pesquisa de campo, organizamos este trabalho de forma cronológica a fim de demonstrar a evolução do aprendizado da temática proposta a partir de uma perspectiva participativa e integradora. Assim, profissionais de diversas áreas do conhecimento e pessoas das comunidades cooperaram com o desenvolvimento das atividades, mediante suas histórias de vidas, oferecendo palestras ou visitas guiadas nas trilhas interpretativas no interior e entorno da Unidade de Conservação (UC). Foram visitados os Núcleos Santa Virgínia e Picinguaba do Parque Estadual Serra

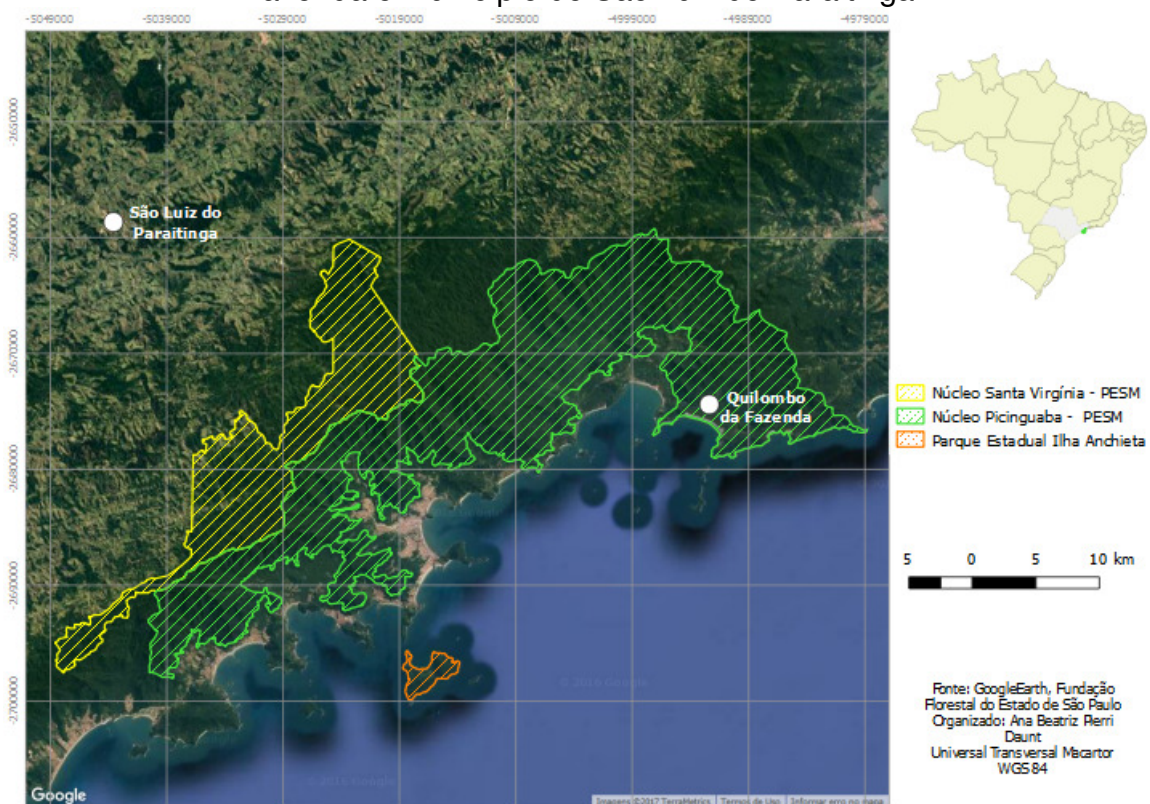
do Mar, bem como outras de suas áreas, localizadas nos municípios de Ubatuba, Natividade da Serra e São Luiz do Paraitinga.

As técnicas metodológicas empregadas para a elaboração do presente artigo basearam-se na pesquisa e revisão da literatura, excursões, observação direta, documentação fotográfica, discussão em grupo de trabalho docente-estudante e vice-versa durante a viagem culminando, assim, pela análise, sistematização e a posterior compilação.

## **ÁREA DE ESTUDO**

De acordo com Guimarães (2013), O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) localiza-se na região geográfica do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, situado entre os paralelos 23°17' e 23°24' de latitude Sul e nos meridianos 45°03' e 45°11' de longitude Oeste. Segundo Veloso et al. (1991), predomina na região o clima tropical úmido e subúmido, com temperaturas médias de 21 ° C e precipitação média anual de 2.200mm (FIGURA 1). A vegetação do parque é composta por: Floresta Ombrófila Densa Submontana, Floresta Ombrófila Densa Montana e Floresta Ombrófila Densa Alto Montada, Campos de Altitude e Floresta de Neblina.

Figura 1 – Área de estudo: Localização dos Núcleos Picinguaba e Santa Virgínia do Parque Estadual Serra do Mar, Parque Estadual Ilha Anchieta, Quilombo da Fazenda e Município de São Luiz do Paraitinga



O Parque Estadual Serra do Mar foi criado em agosto de 1977, através do Decreto N° 10.251 e possui mais de 332.000 ha, constituindo a maior unidade de proteção integral do litoral brasileiro (SÃO PAULO, 2006; 2010). Como uma “Unidade de Conservação de Proteção Integral, o PESM tem como objetivo a conservação da biodiversidade, com a finalidade de assegurar a proteção integral da fauna e da flora, das belezas naturais, para garantir sua utilização com objetivos de educação ambiental, recreação e pesquisas científicas” em conformidade com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei n. 9.985, de 2000. (BRASIL, 2000; SÃO PAULO, 1977). Sua gestão atual encontra-se sob responsabilidade da Fundação Florestal (FF), da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, sendo que em função de sua extensão, foi dividido em 10 núcleos administrativos para possibilitar a gestão e fiscalização em sua totalidade (SÃO PAULO, 2006; 2010).

O PESM tem características que fazem dele um caso à parte entre as Unidades de Conservação brasileiras: maior parque com o bioma da Mata Atlântica e está localizado na região Sudeste, a mais desenvolvida do país, conectando estes

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0): 178-196., jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

remanescentes florestais desde o sul do estado do Rio de Janeiro aos remanescentes do norte do estado do Paraná, favorecendo a manutenção dos fluxos gênicos e a preservação de espécies que necessitam de grandes territórios para sua sobrevivência. O PESM abriga uma grande variedade de mamíferos, aves, peixes, insetos, répteis, árvores, fungos e bactérias, o que propiciou uma significativa diversificação ambiental e, como consequência, a evolução de um complexo de revestimento biótico de natureza vegetal e animal (SÃO PAULO, 2006). Através do Decreto Estadual 13.313 de 6/03/1979 a Fazenda Picinguaba, município de Ubatuba, foi incorporada ao PESM, acrescentando restingas, mangues em praias no cenário de proteção da unidade (SÃO PAULO, 2006).

O Núcleo Santa Virgínia (NSV) (FIGURA 1) foi criado em 02 de maio de 1989, por meio das desapropriações das fazendas Santa Virgínia e Ponte Alta e, em função do Decreto de Expansão do PESM nº 56.572, de 22 de dezembro de 2010 (SÃO PAULO, 2010), possui atualmente área total de 17.835 ha, sendo quase 70% já de domínio público. O núcleo fica localizado na Bacia do Rio Paraibuna e compreende parte dos municípios de São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra, Cunha e Ubatuba (BUSSOLOTTI, 2012; VILLANI, 2007). O NSV pertence à Diretoria do Litoral Norte, Vale do Paraíba e Mantiqueira, e o gestor, na época do trabalho de campo, era o Eng. Florestal Msc. João Paulo Villani.

São diversos os problemas que ameaçam este Núcleo, mas o desmatamento e queimadas são considerados os impactos mais frequentes e agressivos, geralmente intensificando o processo de fragmentação da vegetação para a implantação da pastagem (VILLANI, 2007). Além disso, o crescimento das cidades em direção à Serra do Mar, ação extrativista (palmito juçara) de forma ilegal, e um número insuficiente de funcionários para a manutenção das trilhas, também são apontados como ameaças efetivas e potenciais para a proteção do Núcleo Santa Virgínia.

A vegetação do NSV é caracterizada sob a forma de mosaicos: 60% das áreas são ocupadas por florestas primitivas ou pouco antropizados, sendo o restante formado por campo limpo, campo sujo, capoeira, capoeirão, floresta secundária e reflorestamento de *Eucaliptus saligna* (VILLANI, 2007, p. 30). Já na parte média e inferior da Serra, predomina uma vegetação do tipo floresta latifoliada estacional semidecidual, que faz parte do Domínio da Mata Atlântica. A vegetação apresentada nesses últimos ambientes compõe-se predominantemente de floresta estacional semidecídua, apresentando três estratos (herbáceo, arbustivo e arbóreo) embora dentro dela apresente uma diversidade quanto à sua altura e dimensões. (SÃO PAULO, 2006; VILLANI, 2007)

## PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA TRILHA INTERPRETATIVA DA CACHOEIRA DO SALTO GRANDE

Esta trilha é monitorada pelo Núcleo Santa Virgínia e oferecida como atividade de Educação Ambiental, segundo o Plano de Uso Público do PESH, principalmente para escolas e grupos que objetivem uma vivência ludo-educativa. Ao sair da sede do NSV, logo nos deparamos com um talhão experimental da palmeira Juçara (*Euterpe edulis*) implantado em 1996, estudo pioneiro no enriquecimento e plantio da espécie endêmica da Mata Atlântica. A trilha margeia durante quase todo seu percurso o Rio Paraibuna, que nasce na Serra da Bocaina, e ao se juntar com o Paraitinga e afluentes, formará o Rio Paraíba do Sul. Infelizmente a nascente do Paraibuna não está protegida pela UC, mas após adentrar no parque passa a ser protegido ao longo de seu curso, associando assim, bens e serviços ecológicos.

Durante o trajeto, foi possível reconhecer espécies imponentes de árvores encontradas no que ainda resta deste bioma, como o jequitibá-rosa, que pode chegar a 40 metros de altura e 4 metros de diâmetro. Também se destacam nesse cenário outras espécies: o pinheiro-do-paraná, o cedro, as figueiras, os ipês, o pau-brasil, entre muitas outras. Veloziceae, Bromelaceae, Orquidaceae, Malvaceae e Leguminosae foram as famílias observadas com bastante frequência durante o percurso desta trilha. Observou-se, ainda, que a grande altura de algumas árvores, a existência de folhas largas e grandes, por exemplo, devem-se a uma adaptação (morfofisiológicas) pela necessidade crescente de captação de luz. Isto se verifica de tal modo nas lianas e outras espécies refletindo, assim, as condições ambientais peculiares da Mata Atlântica do Parque.

Como descrito na história do Núcleo, duas fazendas foram desapropriadas para sua implantação e construção da sede (VILLANI, 2007; BUSSOLOTTI, 2012). Tais aspectos resultantes de um antigo histórico de impactos ambientais são claramente observados ao entrarmos na mata em estágio secundário de regeneração, e solo ainda compactado em função do longo período de uso agropecuário. A presença dominante de espécies pioneiras, muitas vezes distribuídas de forma aglomerada, como os araçás, bambus, manacás, quaresmeiras e embaúbas datam ao estágio da mata. A paisagem vivenciada pelo visitante é herança sociocultural e resultado da ação dos ciclos econômicos, e reflete a história do uso e ocupação da região, principalmente com relação à forma de aproveitamento dos recursos naturais nos territórios do PESH (LIMA-GUIMARÃES, 2013).

Pouco a pouco, outras espécies aparecem em maior porte e abundância, reforçando a diversidade de espécies florestais, tanto no estrato arbóreo, como no sub-bosque herbáceo-arbustivo. O solo, mesmo encoberto pela serapilheira, acompanha o adensamento da mata, se tornando mais escuro e argiloso. A riqueza de epífitas, bromélias e orquídeas, colore ainda mais os olhos do visitante.

O Mirante da Cachoeira do Saltinho fornece uma prévia dos cenários paisagísticos que virão no final da trilha: o Rio Paraibuna contornando morros cobertos pela vegetação ombrófila densa em estágio mais avançado de regeneração, notamos ainda um incremento na abundância das briófitas, e pteridófitas, inclusive a samambaiçu, endêmica do bioma vivenciado, possibilitado pelo aumento da umidade progressivamente no percurso. Outro aspecto que confirma que a cobertura vegetal original fora retirada é a presença de exemplares arbóreos muito antigos, altos e de tronco espesso, como a noz moscada, da família *Lauraceae*, mostrando que estes foram, por algum motivo, resguardados do corte.

De dentro da mata caminhamos para o lajeado do Rio Paraibuna, de onde tivemos uma vista privilegiada da Cachoeira do Salto Grande, o ponto final de nosso percurso. No meio do Rio Paraibuna, de cima dos matacões e lajeados de granito e gnaisse, substrato típico do domínio paisagístico e macro ecológico dos mares de morros florestados e de toda a Serra do Mar (AB'SÁBER, 2007; LIMA-GUIMARÃES, 2013), observamos a queda da Cachoeira do Salto Grande que ilustra a força das águas do Rio Paraibuna, águas que carregam sedimentos, histórias e lendas.

## PAISAGEM CULTURAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

“A história foi perdida, mas a identidade não” (Hélio. **Entrevista I.** [maio. 2015]. Entrevistador: Yume Kikuda Silveira. São Luiz do Paraitinga)

São Luiz do Paraitinga foi criada como vila em 1773, ligada à então vila de Taubaté, tornou-se cidade em 1857, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2010, a cidade registrava 10.397 habitantes. A então vila de São Luiz foi construída a partir dos tropeiros que iam até o porto de Parati, que costumavam parar às margens do rio Paraitinga, tanto para pousar como para trocar mercadorias, e continuar seguindo para Parati passando por Ubatuba, cidade próxima já no litoral norte do estado de São Paulo, deste modo a cidade foi se desenvolvendo às margens do rio.

Em São Luiz do Paraitinga o primeiro ponto visitado junto ao Monitor Hélio Souza, foi a Capela Nossa Senhora das Mercês, datada de 1814, construída de taipa de pilão, utilizando árvores e arbustos da Mata Atlântica para o “pau a pique”, e rochas do próprio rio Paraitinga. Como pudemos observar a cidade tem o cunho histórico tradicional do interior paulista muito forte, a arquitetura das casas e da cidade como um todo se mantém até atualmente.



A cidade e a região de São Luiz do Paraitinga passaram por alguns ciclos econômicos, o primeiro foi o ciclo do café, predominante na cidade até 1929 quando o mesmo entra em decadência, mas o “coronelismo” do café foi marcante na cidade. Neste momento houve uma insurgência da burguesia, e com isto a predominância da agropecuária, o segundo ciclo, após o café e aproximadamente até 1980, quando houve uma estagnação da economia na cidade, mas não da cultura local, que se fazia cada vez mais presente e forte na comunidade (VILLANI, 2007).

A cidade então entra na sua 3ª onda econômica, o Turismo, atividade que perdura até hoje. A visitação a São Luiz do Paraitinga cresceu muito, em função do potencial para o ecoturismo e do cultural, por ser considerada uma cidade histórica, que uniu a valorização de suas paisagens naturais e culturais. O turismo na cidade precisa continuar se desenvolvendo, se estruturando para continuar recebendo um público grande durante o ano todo. O carnaval de São Luiz é “tradicional” com marchinhas, bonecos gigantes e blocos de rua, atraindo muitos turistas para essa grande festa. Todo ano ocorre um festival de marchinhas, para fortalecer o carnaval e a tradição carnavalesca, existindo uma lista de marchinhas muito ricas em histórias locais. No passado, as mesmas tinham mais significado, para os autores que valorizavam a memória, história e a poesia, hoje são consideradas mais “fracas” nesses quesitos, mas continuam a ocorrer.

Além do carnaval, a cidade também é famosa pelas manifestações culturais religiosas e populares, como a Festa do Divino Espírito Santo, quando ocorrem a novena do Divino, a Cavalhada e a união dessas festividades com outras expressões culturais como as danças do jongo, moçambique e congada, danças de origem africanas. Também ocorrem festas folclóricas, como a festa do Saci. Como pudemos ver, a cidade é muito rica culturalmente, além de expressiva, com a participação da população na construção do evento. O nosso trabalho de campo ocorreu do dia 19 a 23 de maio, em meio à Festa do Divino, grande parte das casas e estabelecimentos colocavam nas portas e janelas as bandeiras vermelhas do Divino, sendo toda a cidade caracterizada para a festa. Deste modo, conhecemos a casa do Império do Divino, sede do evento festivo, onde ocorrem algumas novenas, com visitação aberta diariamente.

O primeiro registro da Festa do Divino foi de 1803, a festa é construída pela cidade toda, liderada pelo grupo Folia do Divino, que passa de casa em casa, inclusive na área rural, pedindo doações atualmente em dinheiro, mas antigamente as famílias doavam alimentos, como porcos, vacas, entre outros que eram utilizados na festa. A tradição da festividade vem das áreas rurais e atualmente ocorre na cidade, com grande participação dos moradores, até de membros de outras religiões, não apenas católicos, gostam do evento, atraindo Bandeiras do Divino de várias regiões do Vale do Paraíba, conforme relatos e observações de campo.

A paisagem urbana da mesma região mostra-se bastante contrastante, por ser muito heterogênea. A sua malha urbana caracteriza-se por apresentar ruas anárquicas,

com becos e assentada em morros, tendo uma praça e uma capela (igreja matriz) no seu centro, resquícios do período colonial, destacando-se ainda que essa estrutura se apresenta com um aspecto estético visual agradável. Com um padrão arquitetônico português, é um centro de atração turística na região, sendo desenvolvido o turismo cultural, religioso, esportivo e ecológico principalmente de pessoas com renda média e elevada.

Contudo, a cidade apresenta bairros com problemas ligados a precárias condições sanitárias, representando risco à saúde pública dos próprios moradores. Acrescenta-se a isso, o incipiente sistema de alerta de desastres naturais, o que representa um risco para os munícipes. Todavia, a despeito da insegurança que isso possa representar, vários moradores expressam sentimentos biofílicos, a exemplo do seguinte relato: “Eu estou lá por causa do rio. O rio é bom. Eu trato o peixe e deito lá. É meu lazer, planto lá e distrai a gente. (...)” (Jorge. **Entrevista II** [maio, 2015] Entrevistador: Ringo Benjamim Victor, São Luiz do Paraitinga, 2015).

Em conformidade com as entrevistas informais conduzidas, pode-se perceber que os habitantes do município possuem larga experiência, permitindo-lhe uma representação social do seu espaço de vida (JODELET, 2009). De igual modo, a partir dos saberes locais que os mesmos ostentam, quer através do conhecimento da importância, uso e manejo de conservação das espécies florísticas, pode-se perceber o quão rico é o seu etnoconhecimento.

Diante do exposto, torna-se importante relatar um fato que transformou a vida de São Luiz do Paraitinga. No dia 31 de dezembro de 2009, ocorreram fortes chuvas na cabeceira do Ribeirão do Chapéu, afluente do rio Paraitinga; assim, a chuva também chegou à cidade, junto com a enchente que atingiu todo o centro e grande parte da cidade, destruindo parte de seu conjunto histórico arquitetônico, construído em taipa ou adobe. Sobre as chuvas o Monitor Hélio argumenta: “As chuvas foram fortes acabou inundando a cidade, causando desabamento das Capelas (Mercês e da Matriz), e de sobradões, além de algumas dezenas de residências, foi complicado, pois se situavam na parte histórica da cidade” (Hélio. **Entrevista III** [maio, 2015] Entrevistador: Paulo Henrique Vieira. São Luiz do Paraitinga, 2015)

Em vinte e quatro horas a cidade entrou em estado de calamidade pública devido à enchente; a população estava acostumada com o avanço do rio para a cidade, mas geralmente o rio não subia muito, algumas casas e estabelecimento têm um degrau de contenção para conseguir impedir que a água adentre nas suas residências. Entretanto, no dia 1 de janeiro de 2010 o centro da cidade estava debaixo d’água, e uma equipe de resgate foi formada, liderada pelos integrantes das equipes locais de *rafting* que, munidos de botes, resgataram a população atingida, levando-a para locais seguros. Pelo fato das casas, estabelecimentos comerciais e igrejas serem construídas de pau a pique, as que se localizavam no centro foram muito impactadas pela enchente, levando a sérias deteriorações que incluíram, até mesmo, desabamentos totais.

Este fato histórico transformou a cidade, pois os moradores mais atingidos chegaram a perder tudo dentro das casas e estabelecimentos comerciais localizados na área do desastre, no entanto, São Luiz recebeu muitos auxílios, tais como doações de alimentos, roupas, móveis, água e, dessa maneira, começou a ser reconstruída e recuperada. A cidade foi bem assessorada após a enchente, durante seu período de organização e reconstrução, mas para isso foi necessária a ajuda da comunidade: mutirões foram realizados para os salvamentos, distribuição de alimentos, roupas, água, retirada e traslado dos enfermos para hospitais da região, bem como a limpeza dos escombros, resíduos e lama para dar início aos processos de recuperação, reconstrução e revitalização dos lugares atingidos.

A moradora local, Sra. Maria Helena Moradei, comerciante e *chef* de cozinha nos contou sobre a enchente e mencionou que, na época, a única opção era sair e se abrigar para não correr risco de vida, mas os pertences pessoais, os objetos de trabalho tiveram que ser abandonados, a energia foi cortada; perdeu-se tudo o que havia no estoque, mas as vidas foram preservadas. A moradora abrigou-se na casa de familiares, contudo, não conseguiu ficar parada, como já tinha experiência em trabalho de equipes e no manuseio de alimentos, foi uma das líderes na distribuição de comida e água para a população, tanto no período da enchente como do pós-enchente, em que a cidade precisou de união e cooperação para se reconstruir. Também conversamos com outro morador local.

Sr. Miguel, artesão, que tem seu estabelecimento quase as margens do rio Paraitinga, que foi totalmente destruído, sendo necessário começar do zero. O próprio S. Miguel reconstruiu a parede que foi levada e ainda estava em processo de reconstrução:

A enchente na minha opinião trouxe grande prejuízo e passei dificuldades enormes e passei a zero. Fiquei completamente prejudicado. A minha família é de artesão. Praticamente foi um perda imensa. Eu, na minha opinião valeu apenas a enchente devido à limpeza e à igreja, e muita coisa que estava bagunçada. Eu não consegui por causa do trauma. Mas estou muito feliz pelo sucedido, pois Deus pôs tudo no lugar. (...). (Miguel. **Entrevista IV**. [maio, 2015] Entrevistador: Ringo Benjamim Victor. São Luiz do Paraitinga, 2015)

Este histórico sobre a catástrofe que atingiu o centro histórico de São Luiz do Paraitinga nos fez experienciar múltiplas emoções, diante dos diversos depoimentos apresentados por nossos entrevistados, unânimes em afirmar que, apesar de tudo, a enchente trouxe vários aspectos muito positivos, para além de terem perdido bens materiais.

O Sr. Jorge, proprietário de uma loja especializada em fotografias em frente à praça central da cidade, perdeu todo seu equipamento de fotos e revelações e ainda não havia conseguido se recuperar, relatou-nos que muitos foram os auxílios para a população, abrangendo desde cestas básicas, roupas, tintas, móveis; entretanto, no pós-enchente, a burocracia para conseguir algum auxílio oficial foi grande, não estando acessível a toda comunidade, fato que acarretou até a perda de alguns alimentos e roupas que se estragaram.

As experiências adquiridas com as enchentes pelos munícipes permitiram-lhes saber **estar** e **viver** na própria comunidade, ainda que transformada segundo alguns aspectos observados em uma comunidade de conflitos, decorrentes dos riscos enfrentados, notabilizando-se o seu espírito de fraternidade e solidariedade, intrinsecamente ligados às culturas tradicionais ali existentes.

## **QUILOMBO DO SERTÃO DA FAZENDA: UM MUNDO VIVIDO DO SEU PEDRO**

Seria muito mais fácil colocar os pais ruins na cadeia do que os adolescentes na FEBEM. Sr. Pedro. Entrevista V.[maio, 2015]  
Entrevistador: Yume Kikuda Silveira. Quilombo da Fazenda, 2015.

Outro ponto visitado foi o Quilombo da Fazenda Picinguaba, território remanescente dos antigos quilombos, ou seja, locais de refúgio dos escravos negros e mestiços. Atualmente encontram-se os descendentes desses escravos, que continuam nas comunidades, preservando sua identidade cultural, suas raízes e também estão inseridos no “mundo moderno”. Localizado no litoral norte do estado de São Paulo, em Ubatuba, encontra-se inserido no Núcleo Picinguaba (PESM-NP). Os quilombolas são tidos como populações (comunidades) tradicionais e, segundo Silva, (2008, p. 87) são consideradas:

[...] populações tradicionais as que utilizam atividades de subsistência de baixo impacto ambiental em áreas rurais e urbanas, baseadas na reciprocidade, nos laços de solidariedade, cooperação comunitárias e em relações e socioeconômicas mais coletivizadas, podendo ou não serem etnicamente diferenciadas.

Segundo Santos (2013), a constituição do Quilombo da Fazenda ocorreu há alguns séculos, através de três famílias principais: Braga, Vieira e Assunção, representantes dos escravos negros fugidos de seus engenhos e fazendas, vindo se alojar e proteger no quilombo. No início as tradições de subsistência dos quilombolas eram de algumas lavouras e a pesca, devido à proximidade ao litoral.

Em nossa visita, pudemos conhecer o Sr. Pedro, líder da comunidade quilombola, 76 anos, 60 anos no quilombo, 11 filhos, moradores na comunidade. O Sr. Pedro nos contou que hoje residem 45 famílias nesta comunidade. Conhecemos a Casa de Farinha, onde os quilombolas produzem farinha de mandioca por meio de equipamentos movidos por uma roda d'água, de 35 anos e reconstruída pelos próprios membros, visto que a primeira teve que ser substituída e construída com novas matérias-primas, segundo as observações do Sr. Pedro, tendo a água sempre que circular na roda, pois quando fica muito tempo sem água e depois volta a circular novamente, a madeira acaba apodrecendo e se deteriorando.

A produção da farinha se dá quando há mandioca, eles plantam e colhem a mandioca no próprio quilombo, aproximadamente faz-se farinha a cada duas semanas, demora em torno de quatro dias todo o processo, auxiliado pela roda d'água que faz os maquinários funcionarem. O local onde a roda está localizada é próximo ao rio, pois a água que circula é devolvida para a mesmo, limpa como antes.

Este local da Casa de farinha se tornou o ponto turístico do quilombo; também há uma cozinha e banheiros construídos, um refeitório ainda está em construção, algumas partes foram reconstruídas mantendo a arquitetura de "pau a pique" e as mais novas, de alvenaria, mas mantendo um aspecto rústico, pois um investimento no turismo está sendo desenvolvido, para que a comunidade prospere ainda mais.

Com o auxílio da Universidade São Judas Tadeu, está sendo desenvolvido um projeto na comunidade que ajudou a desenvolver embalagens para os produtos como a farinha, o doce de banana, as cachaças, polpa do fruto do palmito juçara e licor da mesma polpa. Os investimentos nesse turismo específico do quilombo estão aumentando, com a construção de uma infraestrutura para receber melhor os turistas, capacitação de monitores da comunidade para fazer as trilhas, a venda dos seus produtos para os visitantes, tudo com a finalidade de uma maior valorização a mesma.

A comunidade tradicional quilombola se preocupa com a valorização de suas tradições e identidade cultural, representando um foco da resistência e resiliência cultural das comunidades negras no Brasil, onde suas tradições desde a produção de subsistência, de alimentos e da farinha, de danças, cantos e da própria espiritualidade da comunidade, que pudemos observar e sentir, ainda é muito forte.

Os saberes locais são passados de geração a geração, mas segundo o próprio Sr. Pedro, os mais jovens não têm tanto esse cuidado com estes aprendizados, sendo um fator que devemos considerar principalmente, no caso, o fechamento da escola local, e o deslocamento dos jovens para a escola em Ubatuba, conforme seus relatos, acarretando a perda das tradições e saberes locais. São jovens com desejos, curiosidades e anseios como os nossos, mas vivem em uma comunidade

quilombola, e têm que conviver e resistir nesses dois diferentes mundos, ainda carregando suas tradições e identidade culturais.

De acordo com o Sr. Pedro, essa valorização dos conhecimentos tradicionais está se perdendo, porém, esforços para perpetuá-los nos membros da comunidade estão sendo feitos. Para ele, antes não se pensava em dinheiro, eram mais felizes, pois a felicidade não era o dinheiro, era poder plantar tudo que iriam comer, a natureza, desde a vegetação, a fauna, o rio limpo e de fácil acesso, e o respeito com essas relações com o ambiente, e entre eles. Pontuou que o respeito aos pais antigamente era maior, mas que hoje os valores dos pais também mudaram, muitos pais não cuidam, não são presentes, e são os jovens que sofrem com isso na sua formação.

Perguntado sobre as construções às margens dos rios, comentou que “os quilombolas sabiam que tinham que respeitar o rio, que enche, esvazia, e aquela “terra” da margem era mole, sabiam do perigo de construir muito perto do rio, tem que dar uma distância de segurança.”. Os rios sempre foram de extrema importância para a comunidade, pois sabiam que sua sobrevivência dependia dele, para alimentação, irrigação do plantio, limpeza de roupas e utensílios domésticos, do lodo para rebocarem as casas, a roda d’água para fazer farinha e muitas outras funções. O cuidado com a mata ciliar, com o rio, o manejo da “terra” e os conhecimentos tradicionais da comunidade é muito vasto e mantido até hoje, todavia, embora estejam tentando valorizá-los cada vez mais, registra-se ainda perdas significativas destes saberes, como observado.

## **DE SANTA VIRGINIA A VARGEM GRANDE: CONFLITOS HISTÓRICOS DO USO E OCUPAÇÃO DENTRO E NO ENTORNO DA PESM-NSV**

Para Ab’Saber (2007), “o domínio dos “mares de morros” tem mostrado ser o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil do país em relação às ações antrópicas” (AB’SÁBER, 2007, p.17). Sobre o domínio morfoclimático de mares de morros, complementa:

A área *core* do domínio morfoclimático tropical-atlântico, cujo protótipo é encontrado nos “mares de morros” florestados do Brasil de Sudeste, apresenta a seguinte combinação de fatos fisiográficos: decomposição funda e universal das rochas cristalinas ou cristalofilianas, de 3 a 5 até 40 a 60 m de profundidade; presença de solos de tipo latossolo ou red yellow podzolic; superposição de solos devido às flutuações climáticas finais do Quaternário em sertões sincopados; mamelonização universal das vertentes, desde o nível de morros altos até os níveis dos morros intermediários e patamares de relevo; drenagem originalmente perene até para o menor dos ramos das redes hidrográficas dendríticas regionais; lençol d’água

subterrâneo que alimenta permanentemente, durante e entre as chuvas, a correntes a dos leitos dos cursos d'água; cobertura florestal contínua na paisagem primária desde os fundos dos vales até as mais altas vertentes é interflúvios, desde poucos metros acima do nível do mar até aos espigões divisores situados entre 1000 e 1100 m; lençol d' água superficial de tipo difuso, anastomosado, correndo pelo chão da floresta durante as chuvas e redistribuindo detritos finos e restos vegetais serapilheiras, com formação de horizontes A<sup>00</sup>, A<sup>0</sup> e A; pouquíssima incidência de raios solares diretamente no chão da floresta; forte cota de umidade de ar; equilíbrio sutil entre processos morfoclimáticos, pedológicos, hidrológicos e ecossistêmicos.(AB'SABER, 2003, p. 29)

Considerados estes aspectos relativos às paisagens naturais, construídas ou ecléticas, temos que estas são avaliadas e valoradas continuamente, passando a serem qualificadas por meio de uma multiplicidade de valores culturais, estéticos, científicos, geo-históricos, ecológicos, gerando distintas categorias de recursos paisagísticos que, por sua vez, constituem os bens ambientais de uma comunidade (BURLE-MARX, 1977, apud LIMA-GUIMARÃES, 2013). Segundo Lima-Guimarães (2013), a matriz geomorfológica associada de forma dominante à matriz vegetal, configura a paisagem observada, moldada em sua historicidade pelo uso e ocupação agropecuários e tradições da cultura caipira, no PESH-NSV.

A implantação de parques (municipais, estaduais ou nacionais), segue sendo um desafio para as instituições, técnicos e os atores envolvidos no processo de proteção dos recursos naturais, devido ao grande número de conflitos gerados pela ausência de regularização fundiária. “A criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral é feita através de decretos e a Lei n° 9.985/2000 que exige que as áreas de parque sejam desapropriadas, tornando-as de domínio público.” (BRASIL, 2000). A ausência de regularização fundiária com as devidas indenizações por parte do Estado resulta em conflitos, na medida em que o proprietário é então impossibilitado de qualquer uso do solo, ou ampliação de benfeitorias, sem autorização do órgão gestor.

Ao longo da nossa excursão, tornou-se possível constatar áreas de conflito entre o uso das terras atual e o ideal. Este fato evidenciou-se de tal modo, a partir da sobreposição da agricultura, pastagem e habitações “em Áreas de Preservação Permanente (APP), fato que constitui uma autêntica insustentabilidade ecológica de acordo com o Código Florestal Brasileiro” (BRASIL, 2012). Tal situação representa condições negativas à sustentabilidade socioecológica territorial, contribuindo significativamente para a degradação do capital natural e, por conseguinte, para a deterioração da qualidade de vida das comunidades, exacerbando contextos diferenciados no interior do PESH de condições de pobreza, miséria, ao invés do bem-estar de que se desejam.

Portanto, diante do uso atual, estas áreas deveriam ser manejadas adequadamente, proporcionando a recomposição da sua vegetação, pois à luz do novo Código Florestal Brasileiro, de 2012, temos a imposição de restrições sobre o uso das Áreas de Preservação Permanente (APPs), devendo estas serem mantidas intactas. Não obstante, a fraca coordenação multisetorial por parte das instituições de tutela – tais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outras – a falta de ética ambiental e, sobretudo, de ações e atitudes pró-ambientais, ainda são prevaletentes entre algumas comunidades, reiterando os fatos observados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa de campo foi possível conciliar a teoria com a prática, a exemplo do conceito “Mares de Morros” do autor Ab’Saber, com que tivemos contato anteriormente, apenas por meio de leituras ou referências bibliográficas. Contudo, a excursão técnica nos possibilitou a interpretação da paisagem e a verificação das contradições e suas diferentes formas de valorações atribuídas aos usos e ocupações do PESH, e áreas do seu entorno.

Também conhecemos as paisagens natural e cultural do município de São Luiz do Paraitinga e do Quilombo da Fazenda Picinguaba, em Ubatuba. Nestes lugares, percebemos que as expressões culturais são muito significativas, trazendo reflexões sobre como o passado e o presente coexistem no mesmo espaço vivido, recriando e ressignificando suas territorialidades em razão das transformações histórico-geográficas contínuas das multifuncionalidades e multidimensionalidades de suas paisagens.

A compreensão da paisagem através de uma visão holística e transdisciplinar que permeia aspectos bioecológicos, socioculturais, históricos e econômicos (LIMA-GUIMARÃES, 2014; NAVEH 2001; 2004) foi vivenciada na prática, possibilitando a percepção e interpretação das correlações e reconstrução do cenário paisagístico natural e cultural dos Núcleos Santa Virgínia e Picinguaba do Parque Estadual Serra do Mar sob a perspectiva geográfica.



## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 21, p. 7–20, 1986.

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

BRASIL. Código Florestal (Lei Federal nº 12.727), de 18 de Outubro de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 Out. 2012b.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, jul. 2000.

BUSSOLOTI, J. M. Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia. **Tese**. (Doutorado em Geografia). 2012. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2012.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 303, de 20 de Março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente**. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA\\_RES\\_CONS\\_2002\\_302.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2002_302.pdf)>. Acesso em 30 de mai. 2013.

COSTA, Antonio Botelho. **Caracterização e Constituição de solos**. 3ª ed., Fundação Calouste-Gulbenkian, Lisboa, 2004.

GUIMARÃES, S.T.L. Valoração de paisagens: campos de visibilidades e de significâncias, COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 45-59.

GUIMARÃES, S.T.L. **Valoração de paisagens: campos de visibilidades e de significâncias**. In: COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 45-59.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo, 2010**. Acessado em 02/06/2015, <

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0): 178-196., jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355000&search=sao-paulo|sao-luis-do-paraitinga>>.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao *desenvolvimento territorial sustentável*: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÉRE, J.P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED: SECCO, 2010, p.49-76.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

LIMA-GUIMARÃES, S.T. de. Rotas de uma paisagem: algumas considerações preliminares sobre as estradas do Parque Estadual da Serra do Mar, núcleo Santa Virgínia, **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.23, n.39, 2013, p. 83-97.

LIMA-GUIMARÃES, S. T. de. Mulheres e florestas: um estudo sobre comunidades tradicionais no Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virginia (PESM-NSV), estado de São Paulo, Brasil. **Caderno de Geografia**, v. 24, 2014, p. 264-286.

NAVEH, Z. Ten major premises for a holistic conception of multifunctional landscapes. **Landscape and Urban Planning**, v. 57, 2001, p. 269 – 284.

NAVEH, Z. Multifunctional, self-organizing biosphere landscapes and the future of our total human ecosystem. **World Futures**, v. 60, 2004, p. 469 – 503.

SANTOS, A. L. P. Mudanças no modo de vida de uma comunidade tradicional no contexto da implantação de uma reserva de proteção integral: o caso do Quilombo da Fazenda, em Ubatuba - São Paulo. Monografia do curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <http://www.if.ufrj.br/inst/monografia/2012II/angelo.pdf> acessado em 1 de Jun. de 2015.

SÃO PAULO (Estado) (1985) CONDEPHAAT.RES. SC 40/85. Fica tombada a área da Serra do Mar e de Paranapiacaba no estado de São Paulo, com seus Parques, Reserva e Área de Proteção Ambiental, além dos esporões, morros isolados ilhas e trechos de planícies litorâneas.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Instituto Florestal – IF. **Parque Estadual da Serra do Mar - Plano de Manejo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente / Instituto Florestal, 2006.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual n° 10.251, de 30 de agosto de 1977**. Cria o Parque Estadual da Serra do Mar e dá providências correlatas, 1977.

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0): 178-196., jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual nº 56.572, de 22 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a expansão do Parque Estadual da Serra do Mar em áreas de domínio público e da providência correlatas, 2010a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto%20n.56.572,%20de%2022.12.2010.htm>>. Acesso em: 25 de jul. de 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente /Instituto Florestal. **Parque Estadual da Serra do Mar - Plano de Manejo.** São Paulo - Secretaria do Meio Ambiente / Instituto Florestal, 2006.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SMA). **Planos de Manejo das Unidades de Conservação - Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia. Plano de Gestão Ambiental - fase 1/Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental.** Instituto Florestal, Fundação Florestal, 1998.

SILVA, José A. Aleixo da et al. **O Código Florestal e a Ciência- Contribuições para o Diálogo.** SBPC/ABC. SÃO PAULO, 2011.

VILLANI, J. P. Zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra Do Mar – Núcleo Santa Virgínia: subsídios ao manejo sustentável dos fragmentos de mata atlântica. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Ambientais). Taubaté: Universidade de Taubaté, 2007.

REZENDE-SILVA, Simone. Negros na Mata Atlântica.Territórios quilombolas e a conservação da natureza. 2008, 355p. **Tese** (Doutorado em Geografia Física) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-27112008-170206/en.php> acesso 01 de Jun. de 2015.

VELOSO, H. P., RANGEL FILHO, A.L. & LIMA, J.C. 1991. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro.